



DECLARO a abertura da Licitação na modalidade própria.

Na qualidade de ordenador de despesa, declaro que o presente gasto dispõe de suficiente dotação e de firme e consistente expectativa de suporte de caixa, conformando-se as orientações do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Pouso Alegre/MG, 06 de dezembro de 2017.

SILVIA REGINA PEREIRA DA SILVA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Processo Licitatório n. 397/2017

Modalidade: Pregão n. 148/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO - HOSPITALARES, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO ALEGRE.

Prezado Senhor procurador,

Solicitou-nos a Secretaria Municipal de Saúde a abertura de procedimento licitatório na modalidade pregão presencial, tendo como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO - HOSPITALARES, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO ALEGRE**. A fase interna vem instruída com o bloqueio orçamentário e com as informações orçamentárias e financeiras que viabilizam o pretendido. Para dar início à fase externa do certame, submetemos a Vossa Senhoria o instrumento editalício e seus anexos para análise e parecer, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

Cordialmente,

Pouso Alegre/MG, 06 de dezembro de 2017.

Daniela Luiza Zanatta
Pregoeira



PREAMBULO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 397/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA DE SAÚDE

DATA DE ABERTURA: 21/12/2017

HORÁRIO: 9:00 horas

I – OBJETO

1.1. Constitui objeto deste **PREGÃO PRESENCIAL O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO - HOSPITALARES, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO ALEGRE**, de acordo com Termo de Referência e demais disposições constantes do edital e dos respectivos anexos.

II – PRAZO E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A entrega dos objetos deverá ser realizada nos locais, prazos e horários descritos no **Termo de Referência da Secretaria de Solicitante** constante do Anexo II do presente edital.

2.2. A(s) empresa(s) vencedora(s) somente entregará os objetos mediante solicitação e ordem de fornecimento emitida pela secretaria requisitante.

III – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



3.1. As despesas correrão à conta da dotação orçamentária da respectiva dotação orçamentária:

RECURSO	FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁ RIA	DESCRIÇÃO
Bloco de investimentos	582	02.11.10.301.0003.1124.4.4.90. 52.00	Material Permanente
Recurso próprio	546	02.11.10.122.0003.1132.4.4.90. 52.00	Material Permanente
VS	791	02.11.10.305.0004.1114. 4.4.90.52.00	Aquisição de veículo e material permanente
Programa de fortalecimento	793	02.11.10.305.0004..1149 4.4.90.52.00	Adquirir veículo e material permanente – Programa de Fortalecimento VS
Aquisição de equipamentos e material permanente - dst/aids e hepatite virais	794	02.11.10.305.0004.1295.4.4.90. 52.00	Material Permanente

Pouso Alegre/MG, 06 de dezembro de 2017.

Daniela Luiza Zanatta
Pregoeira



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2017

ELABORAÇÃO 397/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA DE SAÚDE

DATA DE ABERTURA: 21/12/2017

HORÁRIO: 9:00 horas

O MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG, através de sua Pregoeira nomeada, nos termos da **Portaria nº 003/17**, usando das atribuições que lhe são conferidas, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com as disposições constantes do edital e dos respectivos anexos. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 2.545/02, com a Lei Federal nº 10520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente com a Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

I – INFORMAÇÕES

1.1. As informações administrativas relativas a este **PREGÃO** poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Pouso Alegre, telefone nº (35) 3449-4023 ou pelo e-mail: licitapamg@gmail.com.

II – OBJETO

2.1. Constitui objeto deste **PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO - HOSPITALARES, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO**



ALEGRE de acordo com Termo de Referência e demais disposições constantes do edital e dos respectivos anexos.

III – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO**, ou ainda, para impugnar este edital, desde que o faça com antecedência de até dois dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Federal 8666/93 e suas alterações.

3.1.1. A Senhora Pregoeira deverá decidir sobre a impugnação, se possível, antes da abertura do certame.

3.1.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designado nova data para a realização deste **PREGÃO**.

3.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste **PREGÃO** até o trânsito em julgado da decisão.

3.3. **Não serão aceitos pedidos de impugnação encaminhados por e-mail.**

IV – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1 A participação nesta licitação é destinada às microempresas – **ME**, empresas de pequeno porte – **EPP** ou equiparadas do ramo pertinente ao objeto licitado, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.



4.1.1. Não será aplicado o disposto no item 4.1 deste edital e, conseqüentemente, **será a presente licitação estendida aos demais licitantes que preencham as condições e os termos constantes deste edital**, quando:

a) não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

b) o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

4.2 O licitante que atender os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparada, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e que não esteja sujeita a quaisquer impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar a respectiva condição de ME, EPP ou equiparada.

4.1.2 Poderão participar deste **PREGÃO** as empresas que:

4.1.3. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;

4.1.4. Atendam a todas as exigências deste edital;

4.2. Será vedada a participação de empresas:

4.2.1. Declaradas inidôneas e suspensas para licitar e contratar com o poder público;

4.2.2. Que esteja em processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial;

4.2.3. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal de Pouso Alegre, bem como seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.



V – DO CREDENCIAMENTO

5.1. No dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste edital, será realizado em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes, o recebimento dos envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação”.

5.1.1. Não será permitida a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

5.1.2. Será considerada retardatária a empresa cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após a abertura do primeiro envelope “Proposta Comercial”.

5.2. Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto ao Senhor Pregoeiro, devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do **PREGÃO** e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente.

5.2.1. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

a) Instrumento público ou particular, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas e para recorrer ou desistir de recurso, conforme modelo constante no Anexo I, devendo estar acompanhado contrato social ou estatuto da empresa, e no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documento de eleição de seus administradores.

b) Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser, ainda, juntada cópia autenticada do respectivo instrumento de procuração, no qual deverá constar **expressamente** poderes de substabelecimento.



c) Cópia do contrato ou estatuto social da licitante, quando sua representação for feita por um de seus sócios, dirigente ou assemelhado, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima;

5.2.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

5.2.3. A documentação mencionada neste capítulo deverá ser apresentada juntamente com a Cédula de Identidade do outorgado ou documento equivalente.

5.2.4. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas que não esteja devidamente representada terá sua proposta acolhida, porém, não poderá participar das rodadas de lances verbais.

VI - QUANTO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

6.1. **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte**, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VII** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

6.1.1. Em não havendo a declaração constante do item 6.1 deste edital, será aceita certidão simplificada emitida pela respectiva Junta Comercial.

6.1.2. O pregoeiro (e sua equipe de apoio) poderá conferir, quando da habilitação, a condição de microempresa e empresa de pequeno porte, de modo a se assegurar do enquadramento nos limites estabelecidos pelos incisos I ou II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar n. 123/06 e a não incidência nas situações previstas nos incisos do § 4º desse mesmo artigo.



VII – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO

7.1. Na hora e local indicado serão observados os seguintes procedimentos pertinentes a este **PREGÃO**:

7.1.1. Credenciamento dos representantes legais das empresas interessadas em participar do certame;

7.1.2. Recebimento dos envelopes “Proposta Comercial”;

7.1.3. Abertura dos envelopes “Proposta Comercial”;

7.1.4. Desclassificação das propostas que não atenderem às exigências essenciais deste edital e classificação provisória das demais em ordem crescente de preços;

7.1.5. Abertura de oportunidade de oferecimento de lances verbais aos representantes das empresas cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento);

7.1.6. Em não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.1.7. Condução de rodadas de lances verbais, sempre a partir do representante da empresa com proposta de maior preço unitário, em ordem decrescente de valor, respeitadas as sucessivas ordens de classificação provisória, até o momento em que não haja novo lance de preços menores aos já ofertados;

7.1.8. Na fase de lances verbais, não serão aceitos lances de valor igual ou maior ao do último, e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes;



7.1.9. Classificação definitiva das propostas em ordem crescente

7.1.10. Abertura do envelope “Documentação” apenas da empresa cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

7.1.11. Habilitação ou inabilitação da primeira colocada, prosseguindo-se, se for o caso, com a abertura do envelope “Documentação” da segunda classificada, desde que tenha a sua amostra aprovada.

7.1.12. Proclamação da empresa vencedora pelo critério de menor preço.

7.1.13. Abertura de oportunidade aos presentes para que manifestem sua eventual intenção de interpor recurso, registrando-se em ata a síntese das razões de recorrer.

7.1.14. Adjudicação do objeto e encaminhamento dos autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, na hipótese de não ter havido interposição de recursos.

VIII – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO

8.1. No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, em envelopes separados, não transparentes, lacrados e rubricados no fecho, com o seguinte endereçamento:

Envelope nº. 01 “PROPOSTA COMERCIAL”

Ao Pregoeiro da Prefeitura do Município de Pouso Alegre

Pregão n.º 148/2017

**Objeto: – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO -
HOSPITALARES, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO ALEGRE.**

Licitante:



Envelope nº. 02 “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

**Ao Pregoeiro da Prefeitura do Município de Pouso Alegre
Pregão n.º 148/2017**

**Objeto: – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO -
HOSPITALARES, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO ALEGRE.**

Licitante:

8.1.1. Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de motivo superveniente e aceito pela Senhora Pregoeira.

8.1.2. Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.

8.2. O Envelope nº 01 – Proposta Comercial conterà a proposta comercial, que deverá ser apresentada preferencialmente em modelo constante do **Anexo III**, em papel timbrado da empresa, **utilizando-se de duas casas decimais (0,00)**, sem rasuras ou emendas, datadas e rubricadas em todas as folhas e assinada por seu representante legal.

8.2.1. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade, tributos eventualmente devidos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito à proponente de reivindicar custos adicionais.

8.2.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.



8.2.4. O prazo de validade da proposta **não poderá ser inferior a (60) sessenta dias corridos**, contados da data de abertura dos envelopes relativos à habilitação.

8.2.5. A proposta escrita de preço deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.2.6. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço**, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

8.3. Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas:

8.3.1. Que não apresentem suas propostas no **menor preço por item**.

8.3.2. Que não atenderem às exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

8.3.3. Omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

8.3.4. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital;

8.3.5. Serão desclassificados os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas escritas que apresentarem preços excessivos, ou seja, superiores aos valores máximos aceitáveis, quando comparados aos preços de mercado.

8.4. **Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação das Empresas** deverão conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômica – financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, em conformidade com o previsto a seguir:

8.4.1. A documentação relativa à **habilitação jurídica** consiste em:



8.4.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.4.1.2. Ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.4.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

8.4.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.4.1.5. Declaração assinada pelo responsável da empresa de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho à menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do **Anexo IV**, em cumprimento do disposto no artigo 27, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93.

8.4.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consiste em:

8.4.2.1. Atestado de Capacidade Técnica da empresa, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em papel timbrado, comprovando a execução dos serviços, compatíveis com a complexidade dos serviços a serem realizados no Município.

8.5. A documentação relativa à **qualificação econômica – financeira das empresas** é a seguinte:



8.5.1. **Certidão Negativa de Falência**, Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a sessenta dias da abertura da sessão pública deste **PREGÃO**, se outro prazo não constar do documento.

8.5.2. A documentação relativa à **regularidade fiscal das empresas** é a seguinte:

8.5.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** (CNPJ);

8.5.2.2 Prova de inscrição no **Cadastro Estadual ou Municipal** de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

8.5.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda do Município da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários e imobiliários, dentro do prazo de validade.

8.5.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, dentro do prazo de validade.

8.5.2.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade.

8.5.2.6. Prova de regularidade para com a **Seguridade Social – INSS**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade;

8.5.2.7. Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Fornecimento – FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

8.5.2.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de registro de preços;



8.5.2.9. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011, dentro do prazo de validade.

8.5.2.10. **As microempresas e empresas de pequeno porte**, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.5.2.11. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis, a contar do encerramento da sessão que o declarou vencedor**, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;

8.5.2.12. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

8.5.2.13. As **certidões que não possuem especificação a respeito do prazo** de validade serão aceitas com **até 60 (sessenta) dias** da data de sua expedição.

IX – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

9.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou em publicação de órgão da imprensa oficial, na forma da lei.

9.2. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.



9.3. Os documentos emitidos pela internet poderão ser conferidos pelo pregoeiro.

9.4. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, toda a documentação deverá estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

X - DOS PROCEDIMENTOS

10.1. Os procedimentos deste **PREGÃO** serão conduzidos pelos pregoeiros nomeados, contando com equipe de apoio, conforme determinado na Portaria 003/2017 e 04/2017, segundo a legislação vigente e as fases apontadas neste edital.

10.2. Instalada a sessão pública do pregão, os interessados deverão comprovar a representação para a prática dos atos do certame, nos termos deste edital.

10.3. Após o recebimento, será verificada a regularidade formal dos envelopes, proceder-se-á a abertura dos envelopes das propostas comerciais, que serão rubricadas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio. Em seguida, será dada vista das propostas a todos os representantes dos licitantes, que deverão rubricá-las, devolvendo-se ao Senhor Pregoeiro, que procederá à classificação provisória.

10.4. Após a abertura do primeiro envelope, não será admitida a participação de novas empresas proponentes.

10.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital, considerando-se como tais as que não possam ser supridas no ato, por simples manifestação de vontade do representante da proponente.



10.6. Definida a classificação provisória, será registrado na ata da sessão pública, o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes, os preços ofertados, as propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação de sua desclassificação e a ordem de classificação provisória.

10.7. O Senhor Pregoeiro abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam compreendidas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em **até 10% (dez por cento)**.

10.8. Em não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.9. Na fase de lances verbais não serão aceitos lances de igual valor ou maior ao do último e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes.

10.10. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.

10.11. Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

10.12. Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

10.13. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;



10.14. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

10.15. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 11.12, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

10.16. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

10.17. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

10.18. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

10.19. Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

10.20. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital, salvo se for devidamente comprovada e aceita pela comissão.



10.21. A Pregoeira poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

10.22. Se houver a negociação, a Pregoeira examinará a **aceitabilidade do menor preço**.

10.23. Considerada aceitável a oferta de menor preço, estará concluída a fase de classificação das propostas.

10.24. Sendo inabilitada a Proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, prosseguirá o Senhor Pregoeiro e sua equipe de apoio, com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar, se for o caso, até a habilitação de uma das licitantes.

10.25. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a(s) licitante(s) classificada(s) e habilitada(s) será (ao) declarada(s) vencedora(s) do certame.

10.26. Proclamada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o **prazo de três dias úteis para a apresentação das razões do recurso**, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo.

10.27. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento.

10.28. A ausência de manifestação **imediata** e **motivada** da licitante implicará a **decadência** do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

10.29. Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.



10.30. É facultado à Administração, quando a adjudicatária não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos, convocar as demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e, preferencialmente, nas mesmas condições ofertadas pela adjudicatária.

10.31. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas, mas não declaradas vencedoras, permanecerão sob custódia do(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) até a efetiva formalização da contratação.

XI – DOS PREÇOS E DAS COTAÇÕES

11.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela licitante vencedora.

11.2. O(s) preço(s) ofertado(s) deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

11.3. Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano.

11.4. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata e a retribuição do Município de Pouso Alegre/MG para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

11.5. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da



proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

11.6. Na hipótese da empresa detentora da Ata solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

11.7. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **empresa detentora da Ata**, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

11.8. Fica facultado ao Município de Pouso Alegre realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **empresa detentora da Ata**.

11.9. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica do Município de Pouso Alegre/MG, porém contemplará os serviços realizados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Contratante.

11.9.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a empresa detentora da Ata não poderá suspender a entrega dos objetos nem a execução dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

11.9.2. O Município de Pouso Alegre/MG deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos serviços realizados após o protocolo do pedido de revisão.

11.10. O novo preço só terá validade após parecer da comissão revisora e, para efeito de pagamento do serviço por ventura realizado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela **DETENTORA**.



11.11. O diferencial de preço entre a proposta inicial da **DETENTORA** e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de Pouso Alegre/MG na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela **DETENTORA**, serão sempre mantidos.

11.12. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo Departamento de Suprimentos no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a **DETENTORA** obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

11.13. Durante a vigência da ata de registro de preços, o valor global será mantido pela **detentora**.

XII – DAS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. As obrigações resultantes deste PREGÃO constam da Ata de Registro de Preços, cuja minuta consta do **Anexo VI**.

12.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de um ano, contado de sua assinatura.

12.3. O prazo para a **assinatura da Ata de Registro de Preços** será de **cinco dias** úteis, contados da convocação da adjudicatária por publicação nos meios legais.

12.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante.

12.5. O prazo para a assinatura da Ata, a exclusivo critério da Administração, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que haja tempestiva e formal solicitação por parte da adjudicatária.



XIII – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

13.1. O Município de Pouso Alegre/MG se obriga a efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas, bem como a prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação dos serviços.

XIV - DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA

a) **Entregar os objetos** deste **PREGÃO**, conforme solicitação da Secretaria requisitante, obedecendo aos critérios detalhados no **Anexo II – Termo de Referência e Memorial Descritivo**, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.

b) Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a prestar os serviços conforme exigido neste edital e em seus anexos;

c) Obriga-se a proponente vencedora a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

d) Paralisar, por determinação do Município de Pouso Alegre/MG, a prestação dos serviços que não estejam de acordo com edital e seus anexos;

e) Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto deste edital, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

f) Arcar com licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;



- g) Emitir Nota Fiscal em perfeita consonância à legislação vigente, apresentando-a à Contratante e discriminando no corpo todos os detalhes inerentes à perfeita individualização do objeto;
- h) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, transporte, fretes, pedágios e demais custos inerentes ao cumprimento do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- i) Não transferir a terceiros, subcontratar, por qualquer forma, mesmo que parcialmente, as obrigações assumidas;
- j) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos e valores de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de eventos futuros e incertos, taxas, emolumentos, etc;
- k) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias quanto aos objetos em até 25% (vinte e cinco por cento);

XV – DOS PAGAMENTOS

15.1. O Município de Pouso Alegre/MG efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após a emissão das Notas Fiscais, obedecendo à tramitação interna dos empenhos e desde que atendidas às condições previstas neste edital e no Termo de referência.

XVI – DAS PENALIDADES

16.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93 na Lei Federal n.º 10.520/02 e demais normas pertinentes.

16.2. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena



de declaração de inidoneidade e/ou suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos.

16.3. Será aplicada multa no valor de 5% (cinco por cento) do valor estimado do fornecimento, tanto à licitante, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar e que venha a ser inabilitada por ter apresentado dolosamente documentos que seguramente não venham a atender às exigências editalícias, como às demais licitantes que deem causa a tumultos durante a sessão pública de pregão ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.

16.4. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da(s) proponente(s) vencedora(s), das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

I - Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para a qual tenha(m) a proponente(s) vencedora(s) concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Pouso Alegre;

II – Multa de 1% (um por cento), por dia de atraso na entrega dos materiais, calculada sobre o valor da parcela contratada, até o limite de 10 dias, atrasos superiores a este, aplicar-se-á o disposto no inciso III;

III – Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

IV – Na hipótese de rescisão do contrato, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão ao direito de licitar com o Município de Pouso Alegre, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de 12 (doze) meses;



V – Declaração de inidoneidade, quando a proponente vencedora deixar de cumprir com as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

Parágrafo Primeiro - As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo - Constatada a inveracidade de qualquer das informações fornecidas pela **CONTRATADA**, esta poderá sofrer quaisquer das penalidades adiante previstas:

a) declaração de inidoneidade, bem como a suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município de Pouso Alegre, pelo prazo de 12 (doze) meses;

Parágrafo Terceiro - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a(s) proponente(s) vencedora(s) de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município;

16.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito, a critério da Administração e garantida a prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do ajuste.

16.5.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.



16.6. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das outras.

XVII - DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. O Município de Pouso Alegre reserva-se no direito de rescindir de pleno direito a ata, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito à indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- a) falência, concordata e recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução da adjudicatária;
- b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição da ata/contrato, por parte da futura contratada;
- c) a subcontratação ou cessão da ata/contrato;
- d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à adjudicatária;
- e) outros, conforme previsto no arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.

17.2. O Município de Pouso Alegre poderá, também, rescindir a futura ata, independente dos motivos relacionados na cláusula décima sexta deste edital, por mútuo acordo.

17.3. Rescindida a ata, por qualquer um dos motivos citados na cláusula décima sexta e seus subitens, a adjudicatária sujeitar-se-á à multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre a parte inadimplente respondendo, ainda, por perdas e danos decorrentes da rescisão da futura ata/contrato. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a fiscalização do Município de Pouso Alegre, os produtos já entregues, podendo o Município de Pouso Alegre, segundo a gravidade do fato, promover inquérito administrativo, a fim de



se apurar as respectivas responsabilidades. Caso a adjudicatária seja considerada inidônea, poderá ser suspensa de contratar com o Município de Pouso Alegre, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

18.2. O presente certame licitatório poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses revistas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.

18.3. A adjudicatária deverá manter durante o prazo de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação.

18.4. O adjudicatário deverá assinar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração.

18.5. Nos termos do § 2º do art. 64 da Lei Federal n. 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado não aceitar ou não assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Legislação citada.

18.5.1. Fica designado como local para assinatura do Contrato a sede da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre – MG, situada na Rua dos Carijós, nº 45, Centro, na cidade de Pouso Alegre – MG, CEP 37550-050.



18.6. Com base no art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações, são facultadas à(o) Senhor(a) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.7. Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) com a assistência de sua equipe de apoio.

18.8. As normas desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

XIX – DOS ANEXOS

Constituem anexos deste edital:

ANEXO I – MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III - MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EPP OU ME

ANEXO VI – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VII – TERMO DO CONTRATO



Pouso Alegre, 06 de dezembro de 2017.

Daniela Luiza Zanatta

Pregoeira

Leandro Corrêa de Oliveira

Superintendente de Gestão de Recursos Materiais



ANEXO I

MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

(A ser elaborado em papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, **credencia** o Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e inscrito no CPF/MF sob o nº, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do **PREGÃO 148/2017**, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências constantes do Edital.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)

OBS.: APRESENTAR CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL (AUTENTICADA) JUNTAMENTE COM ESTE CREDENCIAMENTO.



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

Aquisição de móveis e equipamentos médico hospitalares, para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Pouso Alegre.

2. JUSTIFICATIVA

Considerado a Portaria ° 3.134 de 17 de Dezembro de 2013“Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde.

O Município de Pouso Alegre, através da Secretária Municipal de Saúde e proposta nº 11290.305000/1140-06 foi contemplado a receber Recursos financeiros por Meio da Emenda Parlamentar ao Orçamento Geral da União /2015.Visando a aquisição de equipamentos para a estruturação da rede de atenção básica a fim de que possam possibilitar o acesso universal e contínuo de serviço de saúde de qualidade e resolutivo, caracterizando assim a Atenção Básica como porta de entrada aberta e preferencial da rede de atenção , acolhendo usuários de forma Universal e sem diferenças excludentes.

Em referência ao quantitativo do produto, o Sistema de Registro de Preços é adotado, preferencialmente, conforme o Decreto nº 3.931 de 19 de Setembro de 2001, Art. 2º inciso IV, “quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração”. Desta forma, este será baseado na necessidade atual dos serviços, devido a impossibilidade de se ter a previsão exata, pois pode haver variações, conforme a necessidade de implantação de novos serviços na rede de atenção à saúde do Município.



3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO



ITEM	EQUIPAMENTOS	QUANT.
01	<p>APARELHO DE RX – ODONTOLOGICO</p> <p>Instalação Coluna Móvel, Modo de operação: digital</p> <p>Possuir Unidade de comando Programável. Mínimo de 02 faixas de tensão (Kvp) Bivolt (110/220v)</p> <p>Com certificação do INMETRO com base na norma internacional de radioproteção IEC-60601 e segundo as exigências da portaria 453 da Secretaria de Vigilância Sanitária e Certificado de Boas Praticas de Fabricação. Garantia mínima de 12 meses.</p>	1
02	<p>AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA - 40 LITROS.</p> <p>Autoclave horizontal com câmara de esterilização em alumínio anodizado , painel digital com teclado de membrana, controle do ciclo automático microprocessado, secagem do material com ajustes de temperatura grau a grau e de tempo segundo a segundo, sistema de porta com construção dupla totalmente em aço carbono e aço inox laminado , guarnição em silicone vulcanizado fixada na câmara de esterilização, sistemas de segurança automáticos com mensagens de erro visuais e sonoras, capacidade total: 40 litros, frequência: 50/60 hz, tensão: 110 v, temperatura de trabalho (padrão o.m.s.): 121°C, pressão de trabalho: 1 kgf/cm², pintura externa/interna: eletrostática, 02 bandejas internas em alumínio perfurado. Acessórios incluídos: 02 bandejas, copo medida, mangueira de drenagem, cabo de energia e manual de instruções.</p> <p>Apresentar: Registro da ANVISA do Produto . AFE – ANVISA (da empresa) Garantia: mínima 12 meses</p>	18

03	BALANÇA ANTROPOMETRICA ADULTO Capacidade 150 kg, Divisões de 50g; Régua antropométrica com escala na faixa de 1,00 a 2,00 m; Display LED com 6 dígitos de 14,2 mm de altura e 8,1 mm de largura; Plataforma 400 x 500 mm c/ pintura a pó de alta resistência; Estrutura em aço carbono; Cor branca; de pintura em esmalte PU; Fonte 12 V x 1ª; Tapete em adesivo PVC (antiderrapante); Fonte externa 90 a 240 VAC c/ chaveamento automático; Função TARA até a capacidade máxima de pesagem. 01 ano de garantia; Homologadas pelo INMETRO e aferidas pelo IPEM .	10
04	BIOMBO Estrutura: Confeccionada em tubo de aço inoxidável de $\varnothing \frac{3}{4}$ x 1,20 mm. Cortinado: Em lona lavável. Pés: Confeccionados em tubo de aço inoxidável de $\varnothing \frac{3}{4}$ x 1,20 mm com ponteiros de borracha e rodízios giratórios de $\varnothing 2$ " nas bandeiras laterais. Dimensões: 0,66 x 1,65 x 1,80 (C x L x A). Peso: 15 Kg.	02
05	CÂMARA DE CONSERVAÇÃO Câmara para conservação Imunológica - Câmara para conservação Imunológica, vacina, medicamentos e reagentes. Desenvolvida para prover temperatura homogênea com controle preciso e contínuo da estabilidade térmica interna. Construção externa tipo gabinete pintado com tinta epóxi na cor branca com revestimento interno em material nobre não oxidante, com cantos arredondados para fácil limpeza e assepsia. Porta externa com fecho magnético e guarnição de vedação de PVC; Contra portas internas em acrílico transparente e individuais para cada compartimento montada sobre seis prateleiras ajustáveis para melhor distribuição interna das amostras armazenadas do estoque de uso diário. Isolamento térmico em poliuretano em todas as paredes, inclusive na porta; Sistema de refrigeração livre CFC; Unidade de refrigeração selada, com silencioso compressor para funcionamento contínuo, montado sobre coxins que evitam	17



a transmissão de vibrações; Circulação de ar forçado no sentido vertical através de sistema eletro-motórico de ventilador impelente, passando o ar contínua e suavemente pelo elemento resfriador, proporcionando perfeita homogeneidade dentro da câmara; Painel de controle frontal, superior, tipo membrana, composto dos seguintes dispositivos: Controlador eletrônico microprocessado; Display em LCD com fundo iluminado com caracteres expandidos para rápida visualização dos parâmetros; Termômetro digital com subdivisão de leitura de 0,1^o C. Leitura direta da temperatura do momento, variação ocorrida de máxima e mínima simultaneamente no mesmo display, com memorização mesmo com o desligamento da câmara e seu reinício manual; Sistema eletrônico de travamento que evita alterações inadvertidas na programação; Indicações visuais simultâneas e independentes para refrigeração, temperatura atual, termômetro de máxima e mínima temperatura registrada, data e hora, e alarme inibido; Alarmes audiovisuais para porta aberta, falta de energia e para baixa e alta temperatura, programável pelo usuário. Sistema de segurança que permite testar todos os sensores com a simulação que eleva e abaixa a temperatura do equipamento de forma a forçar atuação dos alarmes de temperaturas máximas e mínimas programadas. Tecla para inibir o som dos alarmes, reativando-se automaticamente após 10 minutos; Equipada com três sensores, sendo um para leitura digital da temperatura, imerso em solução simulando a real temperatura do bioproduto armazenado, outro diretamente no ar para o controle da temperatura, proporcionando uma rápida resposta do sistema, principalmente da abertura de porta, e um terceiro, ligado ao sistema de segurança, com atuação totalmente independente; Sistema de segurança que permite visualizar a temperatura momentânea e individual em cada sensores instalados; Teclas do tipo "toque suave" e memória dos valores pré-programados; Filtro contra ruídos eletromagnéticos, provenientes da rede de alimentação elétrica, protegendo o sistema microprocessado, evitando desvios no valores programados; Sistema de monitorização de rede, restabelecendo os



	<p>parâmetros de programação caso ocorra uma variação brusca de energia elétrica; Conjunto de segurança analógico programável que permite a manutenção da temperatura na faixa de +2,5°C a +7,5°C na eventualidade de uma falha no sistema eletrônico microprocessado; Sistema de auto teste de todas as funções; Sistema de manutenção de temperatura crítica em caso de falta de energia elétrica com autonomia segura para preservação das amostras. Chave geral tipo disjuntor para proteção da câmara; Temperatura de Operação: +4°C memorizada Volume:300 litros Alimentação elétrica: 127V/220V; Freqüência: 60 Hz. Certificado de registro junto a Anvisa / Ministério da saúde; Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pela ANVISA. Autorização de Funcionamento da empresa emitido pela ANVISA. Deve ter registro de certificação pelo INMETRO. Obrigatório manual de instruções e assistência técnica na região de Pouso Alegre.</p>	
06	<p>CADEIRA DE RODAS ADULTO</p> <p>Com estrutura em alumínio dobrável em duplo X de 22,22 x 1,2mm – Braços removíveis - Assento e encosto em courvin - Rodas traseiras de 609 mm de diâmetro com pneus de borracha e freios - Rodas dianteiras giratórias de 200mm de diâmetro - Suporte regulável para os pés - Capacidade de 100 kg. com suporte de soro e bolsa para prontuário. DIMENSÕES: Externas: 1,00 x 0,68 x 1,00 m - Internas(Assento): 0,45 x 0,55 x 0,40m.</p>	32
07	<p>CADEIRA DE RODAS PEDIATRICA</p> <p>Com estrutura em aço carbono, ou alumínio dobrável em duplo X, encosto e assento almofadado de 5 cm, bolso para prontuário, apoio de braço encostavel, apoio dos pés com regulagem de altura, apoio de cabeça removível, freios bilaterais, rolamento blindado nas 4 rodas, pneus traseiros mínimo 20 polegadas, pneus dianteiro mínimo 6 polegadas, protetor de roupa, trava de segurança parte traseira: dimensões mínimas Largura 35 cm, profundidade do assento 40 cm, altura do encosto, 40 cm, altura do assento ao chão 45 cm, comprimento 80 cm, largura total aberto 56 cm, largura total</p>	2



	da fachada 33 cm, altura do assento ao braço 20 cm, altura total aberta 85 cm, altura do chão ao braço, 650cm, altura do assento ao braço 20 cm, capacidade de carga até 60 quilos, suporte para soro, cor preta.	
08	CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA (EQUIPO / SUGADOR/ REFLETOR) Terminais: 5 Cabeceira: biarticulada Comando: pedal Unidade auxiliar 3 pontas Equipo: tipo Kart: Refletor multifocal (mais de uma intensidade) Cuba: translúcida; Caneta de rotação: 02 Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)	3
09	CILINDRO DE GASES MEDICINAIS Cilindro para gás Oxigênio Medicinal em aço, vazio capacidade de 3 litros. Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)	3
10	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO-RESERVATÓRIO 60 LITROS E MOTOR DE 2 HP. Compressor Odontológico silencioso isento de óleo, capacidade reservatório volume interno 60 Litros, pintura interna anticorrosiva e antimicrobiana, que evita a oxidação. Válvula redutora de pressão na saída, com manômetro. Fácil acesso ao dreno para limpeza, fácil sistema de ventilação que contribui para o bom funcionamento. Potência 2,0 HP, Deslocamento teórico de 210 litros/min, pressão de operação 120 psi + - 10%. Tensão: Bivolt 110/220V V Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)	3
11	ESFIGNOMANOMETRO ADULTO	26



	<p>Esfigmomanômetro aneroide, livre de mercúrio, composto por manômetro em carcaça de alumínio, pintura eletrostática, Aneroide com ponteiro calibrado, durável, com escala circular de 0 a 300 mmhg, com divisão de escala 2 mmhg, com marcação indelével. Precisão da leitura de +- 3 mmhg. Braçadeira Adulto em nylon com fechamento em velcro super resistente, antialérgico, impermeável, de alta resistência e durabilidade (26 a 32cm). Manguito e Pera em PVC, válvula de deflação de alta qualidade. Laudo técnico do IPEM (INMETRO) individual por aparelho . Garantia de no mínimo 01 anos comprovada através do manual registrado na ANVISA.</p> <p>Apresentar: Registro da ANVISA do Produto Catálogo AFE – ANVISA (da empresa).</p>	
12	<p>ESTETOSCOPIO ADULTO</p> <p>Estetoscópio clínico para pacientes adultos, produzido em aço inoxidável com hastes ajustáveis para obter a tensão desejada, que permite ajuste em 15° permite melhor ergonomia. Deve possuir olivas com nano tecnologia, para evitar acúmulo de micro partículas, que podem causar infecções .Deve possuir ainda, anel não frio que proporciona conforto térmico ao paciente. Deve possuir no mínimo 12 cores de tubos disponíveis, para diferenciação entre setores. Garantia mínima de quatro anos, comprovadas através do manual da ANVISA.</p> <p>Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)</p>	26
13	<p>ESTETOSCOPIO INFANTIL</p> <p>Estetoscópio clínico para pacientes pediátricos, produzido em aço inoxidável com hastes ajustáveis para obter a tensão desejada, que permite ajuste em 15° permite melhor ergonomia. Deve possuir olivas com nano tecnologia, para evitar acúmulo de micro partículas, que podem causar infecções .Deve possuir ainda, anel não frio que proporciona conforto térmico ao paciente. Deve ter no mínimo 3 cores de tubos disponíveis, para diferenciação entre setores. Garantia mínima de quatro anos, comprovadas através do manual da ANVISA.</p>	20



	Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)	
14	LARINGOSCOPIO ADULTO (5 LAMINAS) Conjunto de laringoscópio convencional com cabo em aço inoxidável, compatível com pilhas tamanho C ou AA. Lâmpada halogena que proporcione maior luminosidade. Lâminas em aço inoxidável com transmissão de luz modo convencional. Deverá acompanhar cinco lâminas curvas sendo Mac 01 Mac 2, Mac 3 , Mac 4 e Mac 05. Todas as lâminas deverão ser isentas de pontos de soldas e autoclaváveis. Deve acompanhar manual de instruções em português. Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)	46
15	LARINGOSCOPIO INFANTIL (3 LAMINAS) Conjunto de laringoscópio convencional com cabo em aço inoxidável, compatível com pilhas tamanho C ou AA. Lâmpada halogena que proporcione maior luminosidade. Lâminas em aço inoxidável com transmissão de luz modo convencional. Deverá acompanhar três lâminas curvas sendo Mac 0, Mac 1 e Mac 2.. Todas as lâminas deverão ser isentas de pontos de soldas e autoclaváveis. Deve acompanhar manual de instruções em português. Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)	5
16	MESA DE EXAME Mesa para exame clinico, Estrutura em tubo de aço INOX de 31,75 x 1,2mm - Leito estofado com espuma de 5 cm D 28 revestido em couro , com cabeceira regulável através de cremalheira - Pés com ponteiros - Capacidade de 120 kg. DIMENSÕES- 1,80 x 0,65 x 0,80m; - Suporte para lençol descartável. Capacidade: 100 Kg.	41
17	MESA GINECOLOGICA	48



	Constituída em tubo de aço inox 1.1 1/4x1,2mm. Leito em chapa de aço, estofado revestido em courvin de 80mm removível, dividido em 3 sessões, sendo 1 fixa e 2 com movimentos através de cremalheira, com trendelemburg para exames.	
18	MESA MAYO Estrutura: Confeccionada em tubo de aço inoxidável de \varnothing 7/8 x 1,20 mm. Rodízios: Giratórios de \varnothing 2". Acessório Fornecido: Bandeja em aço inoxidável de 0,33 x 0,49. Dimensões: 0,40 x 0,52 x 0,87 altura mín.; 1,25. altura máx. Peso: 10 Kg.	16
19	NEGATOSCOPIO De 1 corpo, de parede, construído em chapa de aço esmaltado, com frente de acrílico leitoso, com possibilidade de fixação da chapa, 110/220 volts. Dimensões: 37 cm de comp x 44 cm de altura x 9 cm de profundidade. Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)	4
20	OFTALMOSCOPIO Oftalmoscópio direto com lâmpada de Xenon halógena de 2,5V. Possuir seleção mínima de 5 aberturas. Sistema óptico vedado. Deverá possuir Ótica esférica de precisão com apoio orbital macio. Disco com abertura pequena, abertura grande, fixação, semi-circulo e filtro para eliminação de vermelho. Carcaça resistente á poeira. Possuir no mínimo 19 lentes de -20 a +20 dioptrias com marcador de dioptrias iluminado. Possuir clipe de bolso e interruptor liga/desliga, borracha de proteção com cabeça em ABS resistente à impactos. Garantia da óptica por toda a vida. Cabo em metal para 2 pilhas alcalinas "AA" inclusas . Deve apresentar Registro ANVISA. Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)	6
21	OTOSCOPIO	7



	<p>Otoscópio (fibra óptica) ideal para exames do ouvido externo e para exames gerais não invasivos, ampliando as estruturas facilitando a visualização.</p> <p>Características:</p> <p>Deverá possuir cabeça em ABS resistente a impactos;</p> <p>Conexão para otoscopia pneumática;</p> <p>Com lente giratória com aumento de no mínimo 3x para imagens nítidas, e sem distorção;</p> <p>com superfície lisa, proporcionando conforto para o paciente;</p> <p>Com cabo de metal com revestimento termoplástico, Alimentação com 02 baterias tipo AA (inclusas) e clipe de bolso;</p> <p>Deverá possuir transmissão de luz por fibra óptica;</p> <p>Lâmpada Xenon Halógena de 2.5v, de longa duração.</p> <p>Itens inclusos:</p> <p>05espéculos reusáveis 2,5mm</p> <p>03espéculos reusáveis 3,5mm</p> <p>02 especulo reusáveis 4,5 mm;</p> <p>Pelo menos 01 lâmpada reserva.</p> <p>Garantia de 01 ano</p> <p>ANVISA; INMETRO (ABNT NBR IEC 60601-1 e IEC 60601-1-2);</p>	
22	<p>OXIMETRO DE PULSO</p> <p>Oxímetro de pulso portátil (de mão - tipo hand held) com display gráfico e princípio de funcionamento através de absorção de infra-vermelho não dispersivo. Especificações Técnicas Mínimas Sensor: Tipo clip para pacientes adultos Parâmetros: SpO2 e frequência cardíaca; SpO2 Range: 0 - 100 % ; Resolução: 1 %; Precisão: 2 % ; Frequência Cardíaca Range: 30 - 250 bpm ;Resolução: 1 bpm ;Precisão: 1 %; Alarmes: Visual e sonoro, ajustável “alto e baixo” pelo operador para todos os parâmetros, e bateria fraca Alimentação: Bateria com autonomia mínima de 100 hs (em monitoração contínua) Acessórios Inclusos: 01 sensor universal, tipo clip adulto ; 01 sensor universal, tipo chip pediátrico e 01 sensor universal, tipo clip neonatal ; Peso Máximo: 0,5 kg (com bateria).</p>	16



23	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU) Reanimador pulmonar manual tipo Ambu adulto, com balão auto inflável em silicone, válvula de admissão de ar com conexão para entrada de Oxigênio, acompanha: - 01 máscara com bojo transparente e coxim em SILICONE tamanho Adulto -Válvula unidirecional com acoplamento externo para máscara. - Válvula de escape (pop-off). - Válvula de controle com bolsa reservatório de Oxigênio e extensão com conector. - Acondicionado em maleta transparente. Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)	6
24	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIATRICO (AMBU) Reanimador pulmonar manual tipo ambu infantil (pediátrico), com balão auto-inflável em SILICONE e válvula de admissão de ar com conexão para entrada de Oxigênio, acompanha: - 01 máscara com bojo transparente e coxim em SILICONE tamanho Infantil - Válvula unidirecional com acoplamento externo para máscara. - Válvula de escape (pop-off). - Válvula de controle com bolsa reservatório de Oxigênio e extensão com conector. - Acondicionado em maleta transparente Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)	5
25	SUORTE DE SORO Haste: Confeccionada em tubo de aço inoxidável de \varnothing 5/8 x 1,20mm, com 4 ganchos de \varnothing 3/16 e regulagem de altura através de mandril de aperto rápido. Coluna: Confeccionada em tubo de aço carbono de \varnothing 7/8 x 1,20 mm. Base: Confeccionada em tubo de aço carbono de \varnothing 1" x 1,20 mm. Rodízios: Giratórios de \varnothing 2".Acabamento: Em pintura eletrostática a pó com anterior	6



tratamento antiferruginoso, secagem em estufa. Dimensões: 0,45 x 0,32 (C x L) 1,66 min e 2,30 max (A).	
--	--

4- QUANTO ÀS EXIGÊNCIAS:

4.1 - **DOCUMENTOS** que deverão constar no ENVELOPE "A"- DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA:

4.1.1- **DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA (catálogo técnico)** original do fabricante dos produtos ofertados em português, em que conste, explicitamente, as características exigidas nas especificações, devidamente etiquetadas com o número do item a que se referem durante a licitação.

4.1.2 – **DECLARAÇÃO** de que os equipamentos ofertados possuem todas as certificações e compatibilidades exigidas neste Termo de Referência;

4.1.3 – **CERTIFICADO de Registro na ANVISA para cada item cotado, em nome da empresa fabricante**, na forma a seguir:

- Declaração do número do Registro ou Cadastro do Produto, fornecido pelo Ministério da Saúde, já em situação definitiva, não sendo aceito número de protocolo de processo de solicitação de Registro/Isenção de Registro ou documento provisório para o mesmo fim.
- Os Certificados de Registro dos materiais expedidos pela ANVISA podem ser cópia da publicação no Diário Oficial da União ou cópia autenticada do certificado, identificando o número do item correspondente.
- **Caso tenha algum produto que seja dispensado de registro, apresentar cópia do Comunicado de Aceitação de Notificação emitido pela ANVISA ou a legislação que dispensa o registro;**

4.1.4 – **CERTIFICADO do INMETRO** quando solicitado na especificação técnica .

4.1.5 – **AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA E FABRICANTE– AFE**, se aplicável ao produto licitado;



4.1.6- A contratada deverá garantir suporte técnico e fornecimento de peças para os equipamentos pelo prazo de 05 (cinco) anos após a aquisição do produto;

4.1.7 A Licitante deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.1.8 - O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, o produto com avarias ou defeitos; A licitante, deverá responder por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais do equipamento, suas partes e acessórios, obrigando-se a ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus à instituição;

4.1.9 - **GARANTIA DE FABRICA** produtos deverão ser de no mínimo de 01 ano, contando a partir da nota fiscal de entrega do objeto;

4.1.10 – **DECLARAÇÃO do Licitante que realizará treinamento para os profissionais da Secretaria Municipal de Saúde** beneficiário desta aquisição sem ônus adicional posterior ao processo de aquisição, na manutenção do(s) equipamento(s), bem como fornecer um Certificado de Conclusão atestando a participação e o conteúdo do treinamento.

4.1.11 - Quando o equipamento se fizer acompanhado de “software/firmware” com finalidade de auxiliar na execução de reparos/calibrações (parte dos aplicativos fornecidos com o equipamento), deverá ser permitido acesso (informar senhas de acesso em níveis necessários à manutenção do equipamento) e fornecido o devido treinamento que habilite o técnico da Secretaria Municipal de Saúde beneficiário desta aquisição, a utilizá-lo como ferramenta de trabalho nos reparos que se fizerem necessários. O software/firmware não deve possuir licenças com acesso sujeitas a expirar após um determinado período de tempo, nem sujeitas a outras restrições de uso no referido equipamento;

5 - DO LOCAL DE ENTREGA:



5.1- O Licitante vencedor deverá entregar os equipamentos no Almojarifado da Saúde, **na Av. São Francisco, 436 – Bairro Primavera Das 8:00 ÀS 15:00 HS. Telefone 35-3449-4307.**

5.2- Os equipamentos deverão estar com as especificações técnicas em conformidade com o que foi solicitado, juntamente com o manual e a garantia do produto.

5.3 – Caso a empresa entregue o material fora da especificação solicitada, arcará com todas as despesas referentes à devolução dos mesmos, e se a Secretaria Municipal de Saúde concordar, a empresa poderá fazer nova remessa para a substituição, bem como poderá sofrer as sanções devidas. O prazo para o pagamento ficará suspenso até a entrega total dos itens.

5.4 – O licitante deverá efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva **nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;**

5.5 – Para o item - **BALANÇA ADULTO; Apresentar homologação do INMETRO e aferidas pelo IPEM NA ENTREGA DO PRODUTO NO ALMOXARIFADO;**

6- DO PRAZO DE ENTREGA:

6.1- O prazo para entrega dos itens deverá ser em até 15 (**QUINZE**) dias úteis após o recebimento da ordem de fornecimento;

7- DO CRITERIO DE JULGAMENTO:

7.1 - Será utilizado para julgamento o critério de menor valor por item.

8- DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO:

8.1- Pregão para registro de preço;

9- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

9.1- Doze meses a contar da data de assinatura do termo de contrato.



10- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

RECURSO	FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁ RIA	DESCRIÇÃO
Bloco de investimentos	582	02.11.10.301.0003.1124.4.4.90. 52.00	Material Permanente
Recurso próprio	546	02.11.10.122.0003.1132.4.4.90. 52.00	Material Permanente
VS	791	02.11.10.305.0004.1114. 4.4.90.52.00	Aquisição de veículo e material permanente
Programa de fortalecimento	793	02.11.10.305.0004..1149 4.4.90.52.00	Adquirir veículo e material permanente – Programa de Fortalecimento VS
Aquisição de equipamentos e material permanente - dst/aids e hepatite virais	794	02.11.10.305.0004.1295.4.4.90. 52.00	Material Permanente

11- DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado até trinta (30) dias após a emissão da nota fiscal pelo fornecedor



Joselita Morais de Souza

Gerente De Atenção Primaria

Ana Cláudia Raposo Braga

Gerente de Vigilância Sanitária

Silvia Regina Pereira

Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO III**MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL**

A empresa....., estabelecida na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, propõe fornecer ao Município de Pouso Alegre MG, em estrito cumprimento ao quanto previsto no edital da licitação em epígrafe, os itens relacionados no Termo de Referência disponibilizado juntamente ao edital, ao qual o licitante deverá preencher e entregar juntamente a esta proposta:

ITEM	EQUIPAMENTOS	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
01	APARELHO DE RX – ODONTOLÓGICO Instalação Coluna Móvel, Modo de operação: digital Possuir Unidade de comando Programável. Mínimo de 02 faixas de tensão (Kvp) Bivolt (110/220v) Com certificação do INMETRO com base na norma internacional de radioproteção IEC-60601 e segundo as exigências da portaria 453 da Secretaria de Vigilância Sanitária e Certificado de Boas Práticas de Fabricação. Garantia mínima de 12 meses.	1		
02	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA - 40 LITROS. Autoclave horizontal com câmara de esterilização em alumínio anodizado , painel digital com teclado de membrana, controle do ciclo automático microprocessado, secagem do material com ajustes de temperatura grau a grau e de tempo segundo a segundo, sistema de porta com construção dupla totalmente em aço carbono e aço inox laminado , guarnição em silicone vulcanizado fixada na	18		



	<p>câmara de esterilização, sistemas de segurança automáticos com mensagens de erro visuais e sonoras, capacidade total: 40 litros, frequência: 50/60 hz, tensão: 110 v, temperatura de trabalho (padrão o.m.s.): 121°C, pressão de trabalho: 1 kgf/cm², pintura externa/interna: eletrostática, 02 bandejas internas em alumínio perfurado. Acessórios incluídos: 02 bandejas, copo medida, mangueira de drenagem, cabo de energia e manual de instruções. Apresentar: Registro da ANVISA do Produto . AFE – ANVISA (da empresa) Garantia: mínima 12 meses</p>			
03	<p>BALANÇA ANTROPOMETRICA ADULTO Capacidade 150 kg, Divisões de 50g; Régua antropométrica com escala na faixa de 1,00 a 2,00 m; Display LED com 6 dígitos de 14,2 mm de altura e 8,1 mm de largura; Plataforma 400 x 500 mm c/ pintura a pó de alta resistência; Estrutura em aço carbono; Cor branca; de pintura em esmalte PU; Fonte 12 V x 1ª; Tapete em adeviso PVC (antiderrapante); Fonte externa 90 a 240 VAC c/ chaveamento automático; Função TARA até a capacidade máxima de pesagem. 01 ano de garantia; Homologadas pelo INMETRO e aferidas pelo IPEM .</p>	10		
04	<p>BIOMBO Estrutura: Confeccionada em tubo de aço inoxidável de $\varnothing \frac{3}{4}$ x 1,20 mm. Cortinado: Em lona lavável. Pés: Confeccionados em tubo de aço inoxidável de $\varnothing \frac{3}{4}$ x 1,20 mm com ponteiros de borracha e rodízios giratórios de $\varnothing 2$" nas bandeiras laterais. Dimensões: 0,66 x 1,65 x 1,80 (C x L x A). Peso: 15 Kg.</p>	02		
05	<p>CÂMARA DE CONSERVAÇÃO</p>	17		



<p>Câmara para conservação Imunológica - Câmara para conservação Imunológica, vacina, medicamentos e reagentes. Desenvolvida para prover temperatura homogênea com controle preciso e contínuo da estabilidade térmica interna. Construção externa tipo gabinete pintado com tinta epóxi na cor branca com revestimento interno em material nobre não oxidante, com cantos arredondados para fácil limpeza e assepsia. Porta externa com fecho magnético e guarnição de vedação de PVC; Contra portas internas em acrílico transparente e individuais para cada compartimento montada sobre seis prateleiras ajustáveis para melhor distribuição interna das amostras armazenadas do estoque de uso diário. Isolamento térmico em poliuretano em todas as paredes, inclusive na porta; Sistema de refrigeração livre CFC; Unidade de refrigeração selada, com silencioso compressor para funcionamento contínuo, montado sobre coxins que evitam a transmissão de vibrações; Circulação de ar forçado no sentido vertical através de sistema eletro-motórico de ventilador impelente, passando o ar contínuo e suavemente pelo elemento resfriador, proporcionando perfeita homogeneidade dentro da câmara; Painel de controle frontal, superior, tipo membrana, composto dos seguintes dispositivos: Controlador eletrônico microprocessado; Display em LCD com fundo iluminado com caracteres expandidos para rápida visualização dos parâmetros; Termômetro digital com subdivisão de leitura de 0,1° C. Leitura direta da temperatura do momento, variação ocorrida de máxima e mínima simultaneamente no mesmo display, com memorização mesmo com o desligamento da câmara e seu reinício manual; Sistema eletrônico de travamento que evita alterações inadvertidas na programação; Indicações visuais simultâneas e independentes para refrigeração, temperatura atual, termômetro de máxima e mínima temperatura registrada, data</p>			
---	--	--	--



<p>e hora, e alarme inibido; Alarmes audiovisuais para porta aberta, falta de energia e para baixa e alta temperatura, programável pelo usuário. Sistema de segurança que permite testar todos os sensores com a simulação que eleva e abaixa a temperatura do equipamento de forma a forçar atuação dos alarmes de temperaturas máximas e mínimas programadas. Tecla para inibir o som dos alarmes, reativando-se automaticamente após 10 minutos; Equipada com três sensores, sendo um para leitura digital da temperatura, imerso em solução simulando a real temperatura do bioproduto armazenado, outro diretamente no ar para o controle da temperatura, proporcionando uma rápida resposta do sistema, principalmente da abertura de porta, e um terceiro, ligado ao sistema de segurança, com atuação totalmente independente; Sistema de segurança que permite visualizar a temperatura momentânea e individual em cada sensores instalados; Teclas do tipo "toque suave" e memória dos valores pré-programados; Filtro contra ruídos eletromagnéticos, provenientes da rede de alimentação elétrica, protegendo o sistema microprocessado, evitando desvios no valores programados; Sistema de monitorização de rede, restabelecendo os parâmetros de programação caso ocorra uma variação brusca de energia elétrica; Conjunto de segurança analógico programável que permite a manutenção da temperatura na faixa de +2,5°C a +7,5°C na eventualidade de uma falha no sistema eletrônico microprocessado; Sistema de auto teste de todas as funções; Sistema de manutenção de temperatura crítica em caso de falta de energia elétrica com autonomia segura para preservação das amostras. Chave geral tipo disjuntor para proteção da câmara; Temperatura de Operação: +4°C memorizada Volume:300 litros Alimentação elétrica: 127V/220V; Frequência: 60</p>			
---	--	--	--



	Hz. Certificado de registro junto a Anvisa / Ministério da saúde; Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pela ANVISA. Autorização de Funcionamento da empresa emitido pela ANVISA. Deve ter registro de certificação pelo INMETRO. Obrigatório manual de instruções e assistência técnica na região de Pouso Alegre.			
06	CADEIRA DE RODAS ADULTO Com estrutura em alumínio dobrável em duplo X de 22,22 x 1,2mm – Braços removíveis - Assento e encosto em courvin - Rodas traseiras de 609 mm de diâmetro com pneus de borracha e freios - Rodas dianteiras giratórias de 200mm de diâmetro - Suporte regulável para os pés - Capacidade de 100 kg. com suporte de soro e bolsa para prontuário. DIMENSÕES: Externas: 1,00 x 0,68 x 1,00 m - Internas(Assento): 0,45 x 0,55 x 0,40m.	32		
07	CADEIRA DE RODAS PEDIATRICA Com estrutura em aço carbono, ou alumínio dobrável em duplo X, encosto e assento almofadado de 5 cm, bolso para prontuário, apoio de braço encostavel, apoio dos pés com regulagem de altura, apoio de cabeça removível, freios bilaterais, rolamento blindado nas 4 rodas, pneus traseiros mínimo 20 polegadas, pneus dianteiro mínimo 6 polegadas, protetor de roupa, trava de segurança parte traseira: dimensões mínimas Largura 35 cm, profundidade do assento 40 cm, altura do encosto, 40 cm, altura do assento ao chão 45 cm, comprimento 80 cm, largura total aberto 56 cm, largura total da fachada 33 cm, altura do assento ao braço 20 cm, altura total aberta 85 cm, altura do chão ao braço, 650cm, altura do assento ao braço 20 cm, capacidade de carga até 60 quilos, suporte para soro, cor preta.	2		
08	CADEIRA ODONTOLOGICA COMPLETA (EQUIPO / SUGADOR/ REFLETOR)	3		



	<p>Terminais: 5 Cabeceira: biarticulada Comando: pedal Unidade auxiliar 3 pontas Equipo: tipo Kart: Refletor multifocal (mais de uma intensidade) Cuba: translucida; Caneta de rotação: 02 Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)</p>			
09	<p>CILINDRO DE GASES MEDICINAIS Cilindro para gás Oxigênio Medicinal em aço, vazio capacidade de 3 litros. Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)</p>	3		
10	<p>COMPRESSOR ODONTOLOGICO-RESERVATORIO 60 LITROS E MOTOR DE 2 HP. Compressor Odontológico silencioso isento de óleo, capacidade reservatório volume interno 60 Litros, pintura interna anticorrosiva e antimicrobiana , que evita a oxidação. Válvula redutora de pressão na saída, com manômetro. Fácil acesso ao dreno para limpeza , fácil d sistema de ventilação que contribui para o bom funcionamento. Potência 2,0 HP, Deslocamento teórico de 210 litros/ min, pressão de operação 120 psi + - 10%. Tensão: Bivolt 110/220V V Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)</p>	3		
11	<p>ESFIGNOMANOMETRO ADULTO Esfigmomanômetro aneroide, livre de mercúrio, composto por manômetro em carcaça de alumínio, pintura eletrostática, Aneroide com ponteiro calibrado, durável, com escala circular de 0 a 300</p>	26		



	<p>mmhg, com divisão de escala 2 mmhg, com marcação indelével. Precisão da leitura de +- 3 mmhg. Braçadeira Adulto em nylon com fechamento em velcro super resistente, antialérgico, impermeável, de alta resistência e durabilidade (26 a 32cm). Manguito e Pera em PVC, válvula de deflação de alta qualidade. Laudo técnico do IPEM (INMETRO) individual por aparelho . Garantia de no mínimo 01 anos comprovada através do manual registrado na ANVISA.</p> <p>Apresentar: Registro da ANVISA do Produto Catálogo AFE – ANVISA (da empresa).</p>			
12	<p>ESTETOSCOPIO ADULTO</p> <p>Estetoscópio clínico para pacientes adultos, produzido em aço inoxidável com hastes ajustáveis para obter a tensão desejada, que permite ajuste em 15° permite melhor ergonomia. Deve possuir olivas com nano tecnologia, para evitar acúmulo de micro partículas,que podem causar infecções .Deve possuir ainda, anel não frio que proporciona conforto térmico ao paciente. Deve possuir no mínimo 12 cores de tubos disponíveis, para diferenciação entre setores. Garantia mínima de quatro anos, comprovadas através do manual da ANVISA.</p> <p>Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)</p>	26		
13	<p>ESTETOSCOPIO INFANTIL</p> <p>Estetoscópio clínico para pacientes pediátricos, produzido em aço inoxidável com hastes ajustáveis para obter a tensão desejada, que permite ajuste em 15° permite melhor ergonomia. Deve possuir olivas com nano tecnologia, para evitar acúmulo de micro partículas,que podem causar infecções .Deve possuir ainda, anel não frio que proporciona conforto térmico ao paciente. Deve ter no mínimo 3 cores de tubos disponíveis,para diferenciação entre setores. Garantia mínima de quatro anos, comprovadas através do manual da ANVISA.</p>	20		



	Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)			
14	LARINGOSCOPIO ADULTO (5 LAMINAS) Conjunto de laringoscópio convencional com cabo em aço inoxidável, compatível com pilhas tamanho C ou AA. Lâmpada halogena que proporcione maior luminosidade. Lâminas em aço inoxidável com transmissão de luz modo convencional. Deverá acompanhar cinco lâminas curvas sendo Mac 01 Mac 2, Mac 3 , Mac 4 e Mac 05. Todas as lâminas deverão ser isentas de pontos de soldas e autoclaváveis. Deve acompanhar manual de instruções em português. Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)	46		
15	LARINGOSCOPIO INFANTIL (3 LAMINAS) Conjunto de laringoscópio convencional com cabo em aço inoxidável, compatível com pilhas tamanho C ou AA. Lâmpada halogena que proporcione maior luminosidade. Lâminas em aço inoxidável com transmissão de luz modo convencional. Deverá acompanhar três lâminas curvas sendo Mac 0, Mac 1 e Mac 2.. Todas as lâminas deverão ser isentas de pontos de soldas e autoclaváveis. Deve acompanhar manual de instruções em português. Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)	5		
16	MESA DE EXAME Mesa para exame clinico, Estrutura em tubo de aço INOX de 31,75 x 1,2mm - Leito estofado com espuma de 5 cm D 28 revestido em courvim , com cabeceira regulável através de cremalheira - Pés com	41		



	ponteiras - Capacidade de 120 kg. DIMENSÕES- 1,80 x 0,65 x 0,80m ; - Suporte para lençol descartável. Capacidade: 100 Kg.			
17	MESA GINECOLOGICA Constituída em tubo de aço inox 1.1 1/4x1,2mm. Leito em chapa de aço, estofado revestido em courvin de 80mm removível, dividido em 3 sessões, sendo 1 fixa e 2 com movimentos através de cremalheira, com trendelemburg para exames.	48		
18	MESA MAYO Estrutura: Confeccionada em tubo de aço inoxidável de \varnothing 7/8 x 1,20 mm. Rodízios: Giratórios de \varnothing 2". Acessório Fornecido: Bandeja em aço inoxidável de 0,33 x 0,49. Dimensões: 0,40 x 0,52 x 0,87 altura mín.; 1,25. altura máx. Peso: 10 Kg.	16		
19	NEGATOSCOPIO De 1 corpo, de parede, construído em chapa de aço esmaltado, com frente de acrílico leitoso, com possibilidade de fixação da chapa, 110/220 volts. Dimensões: 37 cm de comp x 44 cm de altura x 9 cm de profundidade. Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)	4		
20	OFTALMOSCOPIO Oftalmoscópio direto com lâmpada de Xenon halógena de 2,5V. Possuir seleção mínima de 5 aberturas. Sistema óptico vedado. Deverá possuir Ótica esférica de precisão com apoio orbital macio. Disco com abertura pequena, abertura grande, fixação, semi-circulo e filtro para eliminação de vermelho. Carcaça resistente á poeira. Possuir no mínimo 19 lentes de -20 a +20 dioptrias com marcador de dioptrias iluminado. Possuir clipe de bolso e interruptor liga/desliga, borracha de proteção com cabeça em ABS resistente	6		



	<p>à impactos. Garantia da óptica por toda a vida. Cabo em metal para 2 pilhas alcalinas “AA” inclusas . Deve apresentar Registro ANVISA. Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)</p>			
21	<p>OTOSCOPIO</p> <p>Otoscópio (fibra óptica) ideal para exames do ouvido externo e para exames gerais não invasivos, ampliando as estruturas facilitando a visualização.</p> <p>Características:</p> <p>Deverá possuir cabeça em ABS resistente a impactos;</p> <p>Conexão para otoscopia pneumática;</p> <p>Com lente giratória com aumento de no mínimo 3x para imagens nítidas, e sem distorção;</p> <p>com superfície lisa, proporcionando conforto para o paciente;</p> <p>Com cabo de metal com revestimento termoplástico, Alimentação com 02 baterias tipo AA (inclusas) e clipe de bolso;</p> <p>Deverá possuir transmissão de luz por fibra óptica;</p> <p>Lâmpada Xenon Halógena de 2.5v, de longa duração.</p> <p>Itens inclusos:</p> <p>05espéculos reusáveis 2,5mm</p> <p>03espéculos reusáveis 3,5mm</p> <p>02 especulo reusáveis 4,5 mm;</p> <p>Pelo menos 01 lâmpada reserva.</p> <p>Garantia de 01 ano</p> <p>ANVISA; INMETRO (ABNT NBR IEC 60601-1 e IEC 60601-1-2);</p>	7		
22	<p>OXIMETRO DE PULSO</p> <p>Oxímetro de pulso portátil (de mão - tipo hand held) com display gráfico e princípio de funcionamento através de absorção de infravermelho não dispersivo. Especificações Técnicas Mínimas Sensor: Tipo clip para pacientes adultos Parâmetros: SpO2 e frequência</p>	16		



	cardíaca; SpO2 Range: 0 - 100 % ; Resolução: 1 %; Precisão: 2 % ; Frequência Cardíaca Range: 30 - 250 bpm ;Resolução: 1 bpm ;Precisão: 1 %; Alarmes: Visual e sonoro, ajustável “alto e baixo” pelo operador para todos os parâmetros, e bateria fraca Alimentação: Bateria com autonomia mínima de 100 hs (em monitoração contínua) Acessórios Inclusos: 01 sensor universal, tipo clip adulto ; 01 sensor universal, tipo chip pediátrico e 01 sensor universal, tipo clip neonatal ; Peso Máximo: 0,5 kg (com bateria).			
23	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU) Reanimador pulmonar manual tipo Ambu adulto, com balão auto inflável em silicone, válvula de admissão de ar com conexão para entrada de Oxigênio, acompanha: - 01 máscara com bojo transparente e coxim em SILICONE tamanho Adulto -Válvula unidirecional com acoplamento externo para máscara. - Válvula de escape (pop-off). - Válvula de controle com bolsa reservatório de Oxigênio e extensão com conector. - Acondicionado em maleta transparente. Apresentar: Registro da ANVISA do Produto AFE – ANVISA (da empresa)	6		
24	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIATRICO (AMBU) Reanimador pulmonar manual tipo ambu infantil (pediátrico), com balão auto-inflável em SILICONE e válvula de admissão de ar com conexão para entrada de Oxigênio, acompanha: - 01 máscara com bojo transparente e coxim em SILICONE tamanho Infantil - Válvula unidirecional com acoplamento externo para máscara. - Válvula de escape (pop-off).	5		



	<p>- Válvula de controle com bolsa reservatório de Oxigênio e extensão com conector.</p> <p>- Acondicionado em maleta transparente</p> <p>Apresentar: Registro da ANVISA do Produto</p> <p>AFE – ANVISA (da empresa)</p>			
25	<p>SUPORTE DE SORO</p> <p>Haste: Confeccionada em tubo de aço inoxidável de \varnothing 5/8 x 1,20mm, com 4 ganchos de \varnothing 3/16 e regulagem de altura através de mandril de aperto rápido. Coluna: Confeccionada em tubo de aço carbono de \varnothing 7/8 x 1,20 mm. Base: Confeccionada em tubo de aço carbono de \varnothing 1" x 1,20 mm. Rodízios: Giratórios de \varnothing 2".Acabamento: Em pintura eletrostática a pó com anterior tratamento antiferruginoso, secagem em estufa. Dimensões: 0,45 x 0,32 (C x L) 1,66 min e 2,30 max (A).</p>	6		

Validade da Proposta: 60 dias

Pouso Alegre MG.....de de 2017

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)

RG nº.....

Cargo:

Banco.....

Agencia.....

Conta Corrente.....



ANEXO IV

MODELO - DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ/MF o nº, por
intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a)
da Carteira de Identidade RG nº e inscrito no CPF/MF sob o nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de
Outubro de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor
de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(local e data)

.....

(representante legal)

(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do **Pregão**.

Pouso Alegre/MG, dede 2017.

Assinatura do representante

Nome:

RG nº:



ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 397/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 148/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.....

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** de **XXXX**, o **MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na, Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, portador da Cédula de Identidade RG nº M, nomeada pela Portaria no, de , publicada eme em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n..... de, publicada em; nos termos da Lei no 10.520/02, do Decreto no 7.892/13; do Decreto no 3.555/00; do Decreto no 5.450/05; do Decreto no 3.722/01; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei no 8.666/93, e as demais normas legais correlatas; Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços no XXXX/XXXX**, conforme Ata publicada em **XX/XX/XXXX** e homologada pelo **XXXX**; Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa, inscrita no CNPJ sob o no **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de....., neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade no e CPF no **XXXX**, cuja proposta foi classificada em **XX** lugar no certame.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO



1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para eventual Aquisição de móveis e equipamentos médico hospitalares, para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Pouso Alegre, saúde, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTITATIVO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2. A Secretaria gerenciadora será a.....

2.1. Constituem-se participantes os seguintes órgãos:

a) XXXX;

b) XXXXXX

2.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto no 7.892/13, e na Lei no 8.666/93.

2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços.

2.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.6. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei no 8.666, de 1993.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei no 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior



ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.4. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.5. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;

4.6. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.

4.7. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.8. Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei no 8.666/93, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

4.9. Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

4.10. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.

4.11. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da



escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.

4.12. É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.

4.13. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

4.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Município, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/13.

4.15. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

4.16. Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação.

4.17. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



5.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei no 8.666, de 1993, ou no art. 7o da Lei no 10.520, de 2002.

5.1.4. Caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.1.5. Por razões de interesse público;

5.1.6. A pedido do fornecedor.

5.2 Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

6.1. A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante Instrumento Contratual, conforme disposto no artigo 62 da Lei no 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto no 7.892/2013.

6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho/assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.3. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.4. Previamente à formalização de cada contratação, o Município realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

6.5. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, até o limite de 25%



(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.6. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

6.7. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. Cada contrato firmado com o fornecedor terá vigência de **12 (doze)** meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta meses), nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

9.1. As obrigações do contratante e da contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. Os serviços serão recebidos na forma do Termo de Referência, Anexo I do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento dar-se-á na forma do item do Termo de Referência e item do Instrumento editalício.

11.2 As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:



RECURSO	FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁ RIA	DESCRIÇÃO
Bloco de investimentos	582	02.11.10.301.0003.1124.4.4.90. 52.00	Material Permanente
Recurso próprio	546	02.11.10.122.0003.1132.4.4.90. 52.00	Material Permanente
VS	791	02.11.10.305.0004.1114. 4.4.90.52.00	Aquisição de veículo e material permanente
Programa de fortalecimento	793	02.11.10.305.0004..1149 4.4.90.52.00	Adquirir veículo e material permanente – Programa de Fortalecimento VS
Aquisição de equipamentos e material permanente - dst/aids e hepatite virais	794	02.11.10.305.0004.1295.4.4.90. 52.00	Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.



12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei no 8.666/93.

12.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A apuração e aplicação de sanções dar-se-á na forma prevista no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

14.2. Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.

14.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei no 10.520/02, do Decreto no 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto no 7.892/2013, do Decreto no 3.722/01, da Lei Complementar no 123/06, e da Lei no 8.666/93, subsidiariamente.

14.4. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o de Pouso Alegre – MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Pouso Alegre, 06 de dezembro de 2017.

Secretária Municipal de Saúde

CONTRATANTE

CONTRATADA



ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N° XX/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 397/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 148/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG

CONTRATADA:

Aos.....dias do mês de do ano de (2017) dois mil e dezessete, nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na, Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº neste ato representado pela Secretária Municipal..., brasileira, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, portador da Cédula de Identidade RG n.º, denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, sediada na, no Município de, Estado de, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº, com Inscrição Estadual registrada sob nº, neste ato representado pelo **Sr.**, portador da Cédula de Identidade RG nº, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, têm



entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado do **Pregão para Registro de Preços 148/2017**, que se regerá pela Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente contrato é o registro de preços para eventual **Aquisição de móveis e equipamentos médico - hospitalares, para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Pouso Alegre**, atendidas as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital.

A **CONTRATADA** somente entregará os objetos mediante a respectiva ordem de fornecimento emitida pela secretaria requisitante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas correrão à conta da dotação orçamentária da respectiva dotação orçamentária:

RECURSO	FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁ RIA	DESCRIÇÃO
Bloco de investimentos	582	02.11.10.301.0003.1124.4.4.90. 52.00	Material Permanente
Recurso próprio	546	02.11.10.122.0003.1132.4.4.90. 52.00	Material Permanente



VS	791	02.11.10.305.0004.1114. 4.4.90.52.00	Aquisição de veículo e material permanente
Programa de fortalecimento	793	02.11.10.305.0004..1149 4.4.90.52.00	Adquirir veículo e material permanente – Programa de Fortalecimento VS
Aquisição de equipamentos e material permanente - dst/aids e hepatite virais	794	02.11.10.305.0004.1295.4.4.90. 52.00	Material Permanente

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

3.1. O prazo de vigência, objeto deste contrato, será de..... a contar da sua data de assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor deste contrato é de R\$

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após a emissão das Notas Fiscais, obedecendo à tramitação interna dos empenhos e desde que atendidas às condições previstas neste edital e no Termo de Referência.



CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1 - Efetuar o empenho da despesa, garantindo o pagamento das obrigações assumidas.

7.2 - Acompanhar e fiscalizar a execução do produto, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite.

7.3 - Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições falhas ou irregularidades constantes nos objetos fornecidos, para que sejam corrigidos.

7.4 - Verificar se os serviços prestados pela empresa contratada estão em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste termo podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer fornecimento do equipamento que esteja em desacordo com as especificações técnicas descritas neste termo.

CLÁUSULA OITAVA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. **Entregar os objetos** constantes do edital e do respectivo termo de referência, conforme solicitação da Secretaria requisitante, obedecendo aos critérios detalhados no Anexo II – Termo de Referência e Memorial Descritivo, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.

8.2. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a entregar os objetos conforme exigido no edital e em seus anexos;



8.3. Obriga-se a proponente vencedora a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.4. Paralisar, por determinação do Município de Pouso Alegre/MG, a prestação dos serviços que não estejam de acordo com edital e seus anexos;

8.5. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto do edital, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

8.6. Indenizar a contratante por todo e qualquer prejuízo material que possa advir direta ou indiretamente do exercício de sua atividade e por não atendimento as especificações do Termo de Referência.

8.7. Emitir Nota Fiscal em perfeita consonância à legislação vigente, apresentando-a à Contratante e discriminando no corpo todos os detalhes inerentes à perfeita individualização do objeto;

8.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, transporte, fretes, pedágios e demais custos inerentes ao cumprimento do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

8.9. Não transferir a terceiros, subcontratar, por qualquer forma, mesmo que parcialmente, as obrigações assumidas;

8.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos e valores de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de eventos futuros e incertos, taxas, emolumentos, etc;



8.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias quanto aos objetos em até 25% (vinte e cinco por cento);

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 na Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas pertinentes.

9.2. Se a **CONTRATADA** não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior devidamente justificada, e comprovada, ao não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, será aplicada, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

I - advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para a qual tenha a **CONTRATADA** concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Pouso Alegre/MG.

II – multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculada sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o 10º (décimo) dia, após o que, aplicar-se-á, multa prevista na alínea “III” desta cláusula.

III – multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas.

IV – na hipótese de rescisão do instrumento equivalente ao contrato, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão ao direito de licitar com o Município de



Pouso Alegre/MG, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de 12 (doze) meses.

V – declaração de inidoneidade, quando a proponente vencedora deixar de cumprir com as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

Parágrafo Primeiro - As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente.

Parágrafo Segundo - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a(s) proponente(s) vencedora(s) de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município de Pouso Alegre/MG.

9.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito, a critério da Administração e garantida a prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do ajuste.

9.5. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das outras.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93;



10.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

10.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, podendo esta, garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato.

10.3. Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei Federal nº. 8666/93.

10.3.1. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

10.3.2. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei n.8.666/93.

10.4. A contratada reconhece os direitos do Município nos casos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

11.1. A troca eventual de documentos e cartas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de execução de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

12.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Termo de Contrato



somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. O presente Termo de Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/02 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONDIÇÕES GERAIS

14.1. Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente Termo de Contrato correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DIREITO DAS PARTES

15.1. Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na Lei nº 8.666, de 21/06/93 e Lei nº 8.078 - Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pouso Alegre/MG, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato;

16.2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.



Pouso Alegre/MG, de de 2017.

Secretária Municipal de Saúde
CONTRATANTE

CONTRATADA